



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ – PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.613.319/0001-55



DEPARTAMENTO DE LICITA O

INEXIGIBILIDADE N  008/2021
PROCEDENCIA: COMISSÃO DE LICITA O

Assunto: Justificativa de contrata o direta, razão da escolha do executante e justificativa do preço;

JUSTIFICATIVA DE CONTRATA O DIRETA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no caput e parágrafo único do art. 26, da Lei 8.666/93, e incisos II e III, como antecedente necessário   contrata o por inexigibilidade de licita o, Presta o de Serviço Técnicos Profissionais na área de Contabilidade Publica.

I – Objeto: Constitui-se como objeto deste a “CONTRATA O DE EMPRESA PARA PRESTA O DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORA CONTÁBIL AO MUNICÍPIO DE CURUÁ/PA”.

II – Contratada: J. RAMOS ASSESSORIA CONTABIL, inscrito no CNPJ sob o n  41.425.046/0001-30.

III – Justificativa de Contrata o Direta.

Como sabido, a Constitui o Federal de 1988, por meio do art. 37, inciso XXI, exige que os atos da administra o Pública sejam pautados nos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de modo que a essência de tais princípios possa ser encontrada, também, em suas contrata es, razão pela qual estabelece que a mesma seja feita através da licita o, conforme cita-se:

Constitui o Federal, art. 37. A administra o pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, também, ao seguinte: **XXI – ressalvados os casos especificados na legisla o**, as obras, serviços, compras e aliena o **serão contratados mediante processo de licita o pública** que assegure igualdade de condi es a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obriga es de pagamento, mantidas as condi es efetivas da proposta, nos termos de lei, o qual somente permitirá as exigência de qualifica o técnica e econ mica indispensáveis   garantia do cumprimento das obriga es.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ – PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.613.319/0001-55



De outro lado, ressalta-se que existem contrata es em que a sua competi o se tornar inviável autorizando a contrata o direta Administra o Pública, como se constata no caso em apreço, na medida em que se carece de um **serviço técnico especializado, de natureza singular**, exercido por um profissional ou uma empresa que contenha notória especializa o no ramo (art. 25, inciso II, Lei Federal n  8.666/93).

Com efeito, o Tribunal de contas da União, por meio da Súmula 264, buscou definir a seguridade, para efeito da Inexigibilidade de licita o, como um elemento subjetivo, incapaz de ser definido como um critério objetivo de qualifica o para o processo licitatrio, conforme se ressalta:

A inexigibilidade de licita o para a contrata o de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especializa o somente   cabível quando se tratar de serviços de natureza singular, capaz de exigir, na sele o do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualifica o inerentes ao processo de licita o, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei n  8.666/93.

VI – Razão da escolha do Fornecedor

A escolha de uma profissional da área de contabilidade para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Trabalho e Assistencial Social de Curuá/P , J. RAMOS ASSESSORIA CONTABIL, inscrito no CNPJ sob o n  41.425.046/0001-30, devido a comprova o de sua larga experiência em diversas áreas na Contabilidade Pública.

Portanto, configurado estão os requisitos autorizadores para a contrata o de empresa para presta o de serviços especializados em assessoria e consultora contábil ao Município de Curuá/P . J. RAMOS ASSESSORIA CONTABIL, eis que possuem notória capacidade técnica para realizar os serviços técnicos de natureza singular ora perseguidos.

VII – Justificativa do Preço

O preço para a presta o dos serviços foi de R\$ 49.000,00 (oitenta e quatro mil reais) sendo divididos em parcelas que serão pagas pelas Secretarias os valores mensais de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) pela Secretaria Municipal de Saúde e R\$ 3.000,00 (Três mil reais) pela Secretaria Municipal de trabalho e assistência Social, tendo a comissão de licita o procedida análise no mercado e verificada estar o mesmo compatível com os demais profissionais do ramo, especialmente quando os serviços aproveitam, além da administra o pública. Foram levantados os valores de serviços técnicos profissionais idênticos ou semelhantes, prestados nos Municípios mais próximos da região. Diante do exposto, emito a presente Declara o de Inexigibilidade.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ – PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 01.613.319/0001-55



VI – CONCLUSÃO

Deste modo, há legitimidade na contratação ora pretendida, uma vez que o procedimento se enquadra na legislação vigente, qual seja a Lei de Licitações – Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 25, inciso II, que tratam da inexigibilidade de licitação em consultorias técnicas. Isto porque, a empresa **J. RAMOS ASSESSORIA CONTABIL**, atende aos requisitos exigidos pela referida lei para prestação de um serviço de natureza singular, ante a sua inquestionável capacidade técnica e notória especialização, conforme se observa no acervo probatório anexo a esse procedimento.

Assim, submeto o presente justificativo à análise de assessoria jurídica para posterior ratificação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal para os fins do disposto no caput, do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Curuá-Pará, 13 de maio de 2021.

João Irailton de Jesus Ramos Junior
Presidente da CPL